



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Marcia Gonzatti de Matos

**CONCEPÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO
DEMOCRÁTICA DOS PROFESSORES DE ESCOLA PÚBLICA**

Sobradinho, RS

2018

Marcia Gonzatti de Matos

**CONCEPÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DEMOCRÁTICA
DOS PROFESSORES DE ESCOLA PÚBLICA**

Monografia apresentada ao curso de
Especialização em Gestão Educacional (EaD), da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional.

Orientador(a): Prof^a Ma. Pâmela Franco Fernandes

Sobradinho, RS

2018

Marcia Gonzatti de Matos

**CONCEPÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS
PROFESSORES DE ESCOLA PÚBLICA**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Gestão Educacional (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional.**

Aprovado em 30 de novembro de 2018:

Pâmela Franco Fernandes, Ma. (UFSM)

(Presidente/Orientador)

Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann, Dra. (UFSM)

Cláudia Letícia de Castro do Amaral, Dra. (UFSM)

Sobradinho/RS

2018

DEDICATÓRIA

A meu esposo, meus filhos, e meus pais, por minha ausência durante a confecção deste trabalho.

A Deus, por possibilitar mais uma etapa no meu aperfeiçoamento, me dar forças em situações de fraqueza e me iluminar nessa trajetória.

A meus amigos e familiares, pelo incentivo e contribuições nos momentos mais difíceis.

À minha orientadora, pelo seu comprometimento e responsabilidade na condução deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por ser a razão de tudo aquilo que busco ser para uma vida melhor.

Ao meu esposo João e a meus filhos, Heitor e Igor, meus pais, Remi e Ivani, pela paciência, dedicação e incentivo nas horas de desânimo e acreditar que eu conseguiria chegar até aqui.

A minha orientadora, Pâmela Franco Fernandes, pela orientação e me ajudar a conduzir este trabalho.

A gestora Eliane Timm, e também tutora do Curso de Pedagogia por esta universidade e da Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola e a professora Tais Niederauer, professora desta escola e coordenadora do Polo UAB- Jacuizinho/RS.

A professora de ensino médio e anos iniciais, Jaqueline Konzen de Oliveira, que também atuou como coordenadora do Polo, pela contribuição para elaborar este estudo de pesquisa.

“A educação é a arma mais poderosa que
você pode usar para mudar o mundo”.

Nelson Mandela

RESUMO

CONCEPÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS PROFESSORES DE ESCOLA PÚBLICA

AUTORA: Marcia Gonzatti de Matos
ORIENTADORA: Pâmela Franco Fernandes

O presente trabalho tem como objetivo propor um estudo baseada na temática e na legislação referente às Políticas Públicas e Gestão democrática na escola pública e na educação básica, com a pretensão de entender as concepções sobre o tema, a partir do conhecimento dos professores entrevistados. Com o propósito de identificar e analisar o papel do gestor e do grupo escolar e a sua importância na construção das relações democráticas, bem como os desafios na educação, abordando o desenvolvimento das ações das Políticas Públicas e Gestão Democrática presentes na escola. A metodologia utilizada foi a qualitativa, coleta de dados, por meio de entrevista aberta, aplicando um questionário destinado a gestora e duas professoras da Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola, situada no município de Jacuizinho/RS. A problemática do tema propõe compreender os desafios do gestor na promoção da participação das ações que fomentam a construção e reflexão da gestão democrática no sentido de garantir a participação da comunidade escolar e ampliar discussões visando à melhoria da qualidade na educação. Em torno das reflexões da gestão escolar, destaca-se identificar a importância e os princípios de uma gestão democrática e participativa, com intuito de compreender o Projeto Político Pedagógico-PPP como elemento orientador nas ações e propostas a serem desenvolvidas na escola, verificando a inserção deste, no contexto escolar no sentido de entender o que significa ser democrático para a comunidade escolar. A pesquisa está dividida em três momentos: Apanhado histórico da Gestão Democrática, Políticas Públicas no Brasil e Análise e discussões das entrevistas.

Palavras- Chave: Gestão Democrática. Políticas Públicas. Educação. Gestão Educacional. Professores.

ABSTRACT

CONCEPTIONS OF PUBLIC POLICIES AND DEMOCRATIC MANAGEMENT OF TEACHERS IN PUBLIC SCHOOLS

**AUTHOR: MARCIA GONZATTI DE MATOS
ADVISOR: PÂMELA FRANCO FERNANDES**

The present work aims to propose a study based on the thematic and the legislation related to public policies and democratic management in the public school and basic education, with the aim of understanding the conceptions about the theme, based on the knowledge of the teachers interviewed. With the purpose of identifying and analyzing the role of the manager and the school group and their importance in the construction of democratic relations, as well as the challenges in education, addressing the development of the actions of the Public Policies and Democratic Management present in the school. The methodology used was qualitative, data collection, through an open interview, applying a questionnaire intended for the manager and two teachers of the Leonel de Moura Brizola Elementary School, located in the municipality of Jacuizinho / RS. The problematic of the theme proposes to understand the challenges of the manager in promoting the participation of the actions that foment the construction and reflection of the democratic management in order to guarantee the participation of the school community and to expand discussions aiming at the improvement of the quality in the education. It is important to identify the importance and the principles of a democratic and participatory management, in order to understand the Pedagogical-PPP Political Project as a guiding element in the actions and proposals to be developed in the school, verifying the insertion school context. in the sense of understanding what it means to be democratic for the school community. The research is divided into three moments: Historical Survey of Democratic Management, Public Policies in Brazil and Analysis and discussion of interviews.

Keywords: Democratic Management. Public Policies. Education. Educational Management. Teachers.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 APANHADO HISTÓRICO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA | 14 |
| 2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL | 26 |
| 3 ANÁLISE E DISCUSSÕES DAS ENTREVISTAS | 33 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |
| REFERÊNCIAS | 42 |
| APÊNDICES | 47 |

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende mostrar que foi atribuído às escolas públicas a partir da Constituição Federal de 1988, os princípios de Políticas Públicas e Gestão Democrática no ensino público, conforme o Artigo 206, Inciso VI, como norteadores nas ações educativas, na concepção de comprometer todos os segmentos sociais e dos envolvidos na comunidade escolar, objetivando a melhoria significativa da qualidade da educação pública.

O problema de pesquisa será direcionado a identificação das Concepções de Políticas Públicas e Gestão Democrática dos professores e gestores de escola pública, assim como os desafios e as facilidades em sua implementação na escola. Apontar os enfoques principais sobre o desenvolvimento da gestão democrática na visão dos educadores da instituição, e assim avaliar a participação desde o projeto pedagógico da escola e na tomada de decisões.

Ao tomar as políticas públicas e gestão democrática como fenômeno investigativo, faremos uma reflexão sobre os impactos e as consequências da globalização e da política neoliberal na esfera da educação não é algo recente. Para tratar da globalização, do neoliberalismo e da descentralização na gestão da educação é preciso, antes, situar que estas características se dão no modelo de Estado Capitalista, considerado um sistema econômico dominante no mundo ocidental.

Conforme Santos e Andrioli (2005), globalização e neoliberalismo são marcas de nosso tempo, ou seja, do capitalismo nos dias atuais. No entanto, a discussão sobre o conteúdo de tais conceitos está permeada de ambiguidades e ainda suscita dúvidas. Para tanto, as características da globalização e a influência sofrida no campo educacional ainda nos dias atuais, é justamente dentre os fatores que influenciam o silêncio e o abandono do diálogo crítico sobre a realidade educacional, o que impõe uma ampliação das discussões sobre a temática para melhor compreensão da mesma, especialmente no campo da educação.

Este trabalho tem como intuito refletir, do ponto de vista histórico, sobre a trajetória de construção da gestão democrática como princípio educacional, perpassando os processos de aprovação deste princípio tanto na Constituição Federal de 1988, quanto na Lei de Diretrizes e Bases Lei 9394/1996.

Para definir este momento histórico na educação posteriormente a CF de 1988 e a LDB 9394/96, trazemos a seguinte contribuição do autor. Segundo Oliveira (2004, p.1129):

A década de 1990 inaugura um novo momento na educação brasileira, comparável, em termos de mudança, à década de 1960, em que se registrou a tessitura do que seria vivenciado nas décadas seguintes. Se nos anos 1960 assistia-se, no Brasil, à tentativa de adequação da educação às exigências do padrão de acumulação fordista e às ambições do ideário nacio-desenvolvimentista, os anos de 1990 demarcam uma nova realidade, o imperativo da globalização.

Com a globalização incide a transformação tanto sobre a cultura, como sobre a educação, onde a problemática na qual está envolvida a educação e os aspectos que não se excluem, necessariamente, mas a colocam numa situação que pode expressar autonomia ou submissão em relação ao contexto, contribuindo para o trabalho educativo. Dessa forma, entendemos que a educação também é uma mercadoria oferecida de modo semelhante a outro produto a ser consumido no mundo capitalista.

Dada sua importância no ambiente escolar, à gestão democrática é de suma relevância na transformação dos resultados onde a teoria passa para a prática pedagógica, sendo reforçado com o Projeto Político Pedagógico, documento presente em todas as escolas e o Plano Nacional de Educação 2014/2024, que reforçam as metas nacionais para a educação.

Partindo da ideia de que um dos objetivos da gestão democrática é envolver toda comunidade escolar nas decisões a serem desenvolvidas na escola, sendo esta uma das exigências do Projeto Político Pedagógico, a pesquisa realizada trata de abordar o tema centrando-se no estudo de caso em uma escola específica.

A metodologia baseia-se em pesquisas bibliográficas e aplicação de questionário com a finalidade de discutir sobre a efetivação de políticas educacionais e a gestão escolar, bem como trazer uma reflexão acerca das dificuldades e a construção da gestão democrática dos sistemas de ensino através da organização da educação escolar.

Dentre as políticas públicas educacionais estão a inserção dos fundamentos e princípios da gestão democrática do ensino público, que estão consolidados na Constituição Federal e Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Buscando entender como as políticas públicas educacionais influenciam na gestão escolar, consideraram-se nesta pesquisa inúmeros fatores, tais como,

autonomia da escola, participação efetiva de todos os envolvidos no processo, a concepção do que estas ações representam na visão dos professores e da gestora no contexto escolar.

Então se buscou o levantamento de dados que venham a somar informações através de pesquisa junto a professores de educação básica por meio de questionário e diversas fontes para elaboração deste estudo. Nesse sentido, o estudo aborda, brevemente, a trajetória da democracia no sistema educacional brasileiro discutindo a construção da proposta de gestão democrática e os impasses da sua aprovação no processo Constituinte. Por fim, problematiza o contexto de regulação do princípio de gestão democrática do ensino público na LDB 9394/96 e sua ressignificação diante do projeto neoliberal na década de 1990.

No que se refere ao disposto na legislação nacional e nos documentos educacionais, o problema de pesquisa pretendeu elucidar acerca dos questionamentos, a compreensão de gestão escolar democrática a partir da concepção dos professores dos temas abordados no trabalho.

A pesquisa se justifica pela importância de que a gestão escolar está legalmente instituída desde a Constituição de 1988, com embasamento tanto nos eixos, administrativo, pedagógico e financeiro da instituição. A metodologia utilizada foi a qualitativa, sendo usado como instrumento para coleta de dados, um questionário destinado aos professores de escola pública, por meio de entrevista aberta, a fim de analisar quais os princípios de Políticas Públicas e Gestão Democrática são percebidos na escola em que atuam. Por este motivo, o modelo de entrevista aberta foi escolhido com a finalidade de acordo com suas concepções responderem as questões pertinentes ao tema, de forma ampla e com plena liberdade de expressão nas respostas.

As Políticas Públicas da Educação e a gestão educacional e gestão escolar estão atribuídas no que se refere à escola, onde todos são atores participantes em um processo coletivo que fortalecem as práticas educativas que facilita a organização de ações coletivizadas e de resistências a todas as formas de poder. E nisso, a efetivação dessas condições básicas só é possível se o sistema de ensino for capaz de oferecer a todos uma formação de igual valor enquanto preparação para o futuro.

O primeiro capítulo traz um apanhado histórico da gestão democrática no Brasil, com o processo de redemocratização na educação, e todo o contexto de

gestão escolar e educacional. No segundo capítulo é abordado sobre as políticas públicas na educação básica e as novas perspectivas de sua trajetória e os aspectos econômicos e sociais presentes atualmente na escola e o papel dos envolvidos no contexto investigado, de maneira a mostrar o que a instituição escolar está fazendo tendo em vista uma gestão democrática participativa e o exercício da cidadania.

Para finalizar, a pesquisa traz uma discussão sobre o tema que se faz necessária a participação dos agentes educacionais, através de um questionário acerca do entendimento das concepções do gestor (a) da escola e professores deste sistema de ensino. Por meio de pesquisa bibliográfica, apreciação de artigos acerca do tema exposto e os seus desdobramentos como direito fundamental, e também da análise de dados sobre a situação da educação brasileira nos indagamos sobre sua realidade, as dificuldades e dissoluções no âmbito da educação.

1 APANHADO HISTÓRICO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Desde a redemocratização do país, houve mudanças acentuadas na educação brasileira, com destaque para a aprovação e promulgação da Constituição Federal de 1988, que garantiu uma concepção ampla de educação e sua inscrição como direito social inalienável, bem como a partilha de responsabilidade entre os entes federados e a vinculação constitucional de recursos para a educação. No âmbito das políticas educacionais, destacaram-se, sobremaneira, as modificações de ordem jurídico-institucional.

Numa abordagem histórica acerca do processo da gestão democrática se faz necessário buscar as características e concepções que embasam o modelo de administração escolar, onde a ditadura militar teve início em 31 de março de 1964 com o golpe que depôs o presidente João Goulart e teve seu fim com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney.

O ano de 1964 foi marcado pelo golpe militar e no início da década de 1970 foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei número 5.692). Com o fim do regime militar aprovou-se uma nova Constituição, que cita a gestão democrática na escola em seu artigo 206: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

No final da década de 1980 do século XX, o Brasil passa por mais uma transição política. Sai das amarras da ditadura militar, cerceadora da voz do brasileiro por 20 anos (ROMANELLI, 1987; GERMANO, 2000). Então inicia um novo panorama político que proporcionará aos cidadãos e cidadãs a participação na sociedade, possibilitando através da voz e voto nas decisões políticas e na escolha dos representantes. Deste modo, um novo momento histórico é presenciado pelos brasileiros e brasileiras a redemocratização do país.

Logo que o Brasil se tornou República, em 1889, não havia ainda uma organização escolar. Assim, na virada do século, começa-se a se delinear a perspectiva da administração escolar (VIEIRA, 2001). A característica mais marcante da administração escolar, nessa época, era a rigidez e a burocracia caracterizadas do positivismo impregnado nas relações sociais. Durante a ditadura militar, o modelo educacional definia a gestão escolar democrática, ou seja, o termo atual utilizado para definir sobre gestão democrática.

Diante disso, o sentido de gestão é caracterizado pela importância da participação consciente na tomada de decisões, seguindo orientações e fortalecendo a democratização do processo educacional baseado em ações coletivas. O conceito de gestão escolar foi criado para superar um possível enfoque limitado do termo administração escolar. Foi constituído a partir dos movimentos de abertura política do país, que começaram a promover novos conceitos e valores, associados, sobretudo à ideia de autonomia escolar, à participação da sociedade e da comunidade, à criação de escolas comunitárias, cooperativas e associativas e ao fomento às associações de pais.

Ampliando o conceito de Gestão Democrática na educação destacamos o que representa a composição de gestão educacional e escolar, na multiplicidade dos olhares voltados para essa questão, definindo ambas no tocante ao processo dos mecanismos existentes para consolidação das ações desenvolvidas no ambiente escolar. Desse modo, gestão educacional engloba a esfera macro da educação e a gestão escolar situa-se no campo da escola, devendo sua gestão orientar-se para as suas finalidades.

Assim, a gestão escolar representa-se da seguinte forma: Pedagógico, Comunidade Escolar, Administrativo e Financeiro, e assim sendo gestado de maneira participativa e seu aspecto democrático assim representada: Gestão Democrática, Eleição de Diretores, conselho Escolar, Autonomia e Participação Libâneo (2007) argumenta a importância da autonomia na escola:

É notório que a autonomia fortalece as escolas, acentua o espírito de equipe, envolvendo os professores e demais educadores na responsabilidade em assumir um papel na configuração da organização do trabalho escolar não apenas na sala de aula, mas na escola como um todo. Trata-se de um processo que se identifica bem com a reivindicação de participação conjunta de pais, professores, alunos, nos processos de tomada de decisão e co-responsabilização pelas ações de ensino e aprendizagem (LIBÂNEO, 2007, p. 15-16).

A partir dos Princípios Constitucionais de 1988 e da LDB 9394/96, enfatizar a importância dos mecanismos de participação para a democratização da gestão escolar, considerada como o elemento principal para a construção de um processo democrático, a participação implica o processo de execução e tomada de decisões. De acordo com Santos (2002, p. 59), os processos de libertação e de democratização giram em torno da “percepção da possibilidade da inovação

entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em tomada de decisão”.

Em 1962 foi elaborado pelo Conselho Federal de Educação o primeiro Plano Nacional de Educação, como cumprimento do estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases, de 1961. Na primeira parte do referido plano, o documento procurou traçar as metas para um Plano Nacional de Educação e, numa segunda parte, estabelecer as normas para aplicação dos recursos correspondentes aos Fundos do Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino Superior.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que incluía a gestão democrática no ensino público se assume uma ampla discussão no cenário educacional, com a criação, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional- LDB (Lei nº 9394/96) segundo esta, a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo assim a finalidade do pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, e mais tarde, com a implementação do Plano Nacional de Educação, cuja finalidade é o trabalho coletivo em prol de estratégias que fortalecem a participação de todos os participantes da comunidade.

No PNE estão referidos no Art. 214 da Constituição Federal de 1988, que determina a sua elaboração de acordo os princípios fundamentais da educação brasileira: I) à erradicação do analfabetismo; (II) à universalização do atendimento escolar; (III) à melhoria da qualidade do ensino; (IV) à formação para o trabalho; e (V) à promoção humana, científica e tecnológica do país. Já a sua regulamentação foi determinada através da LDB/1996, que deixou à cargo da União, em colaboração com Estados e Municípios, a incumbência de organizar o PNE, que posteriormente foi aprovado pela Lei nº 10.172, de 09/01/2001, com vigência decenal. Em conformidade ao disposto na legislação educacional que inclui a Constituição Federal de 1988 e a LDB/1996, apesar de não deixar explícito, a lei que aprovou o PNE, em seu artigo 2º, estabelece que “a partir da vigência desta Lei os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes”(BRASIL, Lei n. 10.172/2001).

Em uma abordagem democrática e participativa, a implementação do plano trata de consolidarem-se nos espaço público por meio das relações sociais

democráticas incentivadas pelas leis implantadas, objetivando a elaboração e execução das políticas públicas e gestão democrática no ambiente escolar.

O processo histórico e político de construção da gestão democrática do ensino público norteadas pela legislação vigente evidenciam-se diversos acontecimentos entre estes, políticos e econômicos que influenciam até os dias atuais no cenário educacional. Na década de 1990 reafirma ainda mais a centralidade da educação como garantia para o desenvolvimento social e econômico do Estado.

Desta forma, Oliveira afirma:

Os anos 90 devem significar a época da transformação produtiva, de mudanças qualitativas para alcançar competitividade no mercado mundial. Daí a importância atribuída a educação que deve estar estreita vinculação com o mundo do trabalho, da produção. Mais uma vez é necessário eliminar a pobreza, sem o que não é possível o desenvolvimento. (1997, p. 83).

A partir dos Princípios Constitucionais de 1988 e da LDB 9394/96, numa perspectiva ampliada de gestão democrática reconhecer a importância da gestão democrática e participativo no ambiente escolar, compreender o Projeto Político Pedagógico como elemento de suma importância nas ações a serem desenvolvidas na escola em todos os aspectos, identificando tais princípios norteadores, dando prioridade ao processo de ensino-aprendizagem, assegurando a qualidade no ensino. Confirmando esse princípio e reconhecendo a organização federativa, repassou aos sistemas de ensino a definição das normas da gestão democrática, de acordo com o inciso VIII do Art. 3º. Além disso, a mesma lei explicitou dois outros princípios a serem considerados no processo de gestão democrática: a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A trajetória da gestão democrática no ambiente escolar e no que diz respeito ao processo de transformações ao longo dos tempos, está ligada a educação na escola em sua função social no qual foram instituídos. No contexto de gestão democrática durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), quando iniciada pelo golpe militar o modo autoritário restringia a liberdade dos cidadãos, e a atuação do regime militar apresenta um controle ideológico político de ensino, objetivando eliminar críticas a fim de consolidar seu projeto de dominação.

De acordo com Germano (2011, p. 106):

A política educacional resulta da correlação de forças sociais existentes em determinado contexto histórico. No Brasil pós-1964 podemos afirmar que, no essencial ela foi uma expressão da dominação burguesa, viabilizada pela ação política dos militares.

Deste modo, as reformas educacionais do período militar referem-se às políticas educacionais no Brasil que reforçavam os ideais da ditadura. Após o fim do período militar o cenário educacional consolida-se de maneira que ocorre a retomada da redemocratização na educação.

No século XX, o Brasil passa por mais uma transição política e após a Constituição de 1988, a temática da gestão democrática ganha espaço na realidade da educação no país, onde algumas questões de esfera social se tornam um desafio na inserção da participação popular na gestão democrática ativa no campo educacional na formação de cidadãos.

Logo que o Brasil se tornou República, em 1889, não havia ainda uma organização escolar. Assim, na virada do século, começa-se a se delinear a perspectiva da administração escolar (VIEIRA, 2001). A característica mais marcante da administração escolar, nessa época, era a rigidez e a burocracia, caracterizadas do positivismo impregnado nas relações sociais.

Neste sentido pode-se afirmar que a gestão educacional possui características próprias tendo assim um sentido mais amplo do que simples aplicação de métodos e técnicas meramente administrativas pelos seus fins objetivados a serem atingidos. O termo está ligado à legislação educacional, assegurados na Constituição de 1988, pois compreende Estados, Municípios, Distrito Federal, contemplando as políticas educacionais para ser aplicadas de acordo com peculiaridades de cada escola, sendo esta orientada por uma gestão escolar pautada no sentido democrático.

Nesse sentido, segundo a visão de Luck, podemos constatar que:

A expressão "gestão educacional", comumente utilizada para designar a ação dos dirigentes surge, por conseguinte, em substituição a "administração educacional", para representar não apenas novas idéias, mas sim um novo paradigma, que busca estabelecer na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente, no seu contexto interno e externo. Assim, como mudança paradigmática está associada à transformação de inúmeras dimensões educacionais, pela superação pela dialética, de concepções dicotômicas que enfocam ora o diretivismo, ora o não-diretivismo; ora a heteroavaliação, ora a auto-avaliação; ora a avaliação quantitativa, ora a qualitativa; ora a transmissão do conhecimento construído, ora a sua construção, a partir de uma visão da realidade (LUCK, 1997, p. 4).

Diante do exposto, cabe questionar se as instituições estão de fato cumprindo as normas em detrimento de novas ideias e paradigmas tanto dos educadores quanto dos profissionais da educação, onde a gestão educacional tomou novas formas de organizar o trabalho no âmbito da instituição, promovendo a participação efetiva dos envolvidos.

Nesse modelo o início de um novo período da história brasileira, com o fim da Ditadura e a instauração da Nova República a inovação democrática no Brasil deu início a democratização na educação pondo fim ao período ditatorial. Com o fim da ditadura militar no Brasil, o campo educacional também passa por reformas, inicia-se um novo panorama político proporcionando aos cidadãos a participação nas decisões políticas no país.

Nesse sentido, as discussões em torno dos fundamentos legais sobre a redemocratização na educação, que legaliza a gestão democrática como princípio norteador em todas as escolas das redes públicas do país, seguindo o modelo democrático que viabilizasse a participação de todos os seguimentos das instituições escolares.

O Plano Nacional de Educação (PNE) determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos na educação brasileira, e o papel dos gestores na educação básica seguindo os princípios e definições do PPP, implementando junto a este os preceitos legais assegurando o cumprimento do que está proposto no Projeto Pedagógico da escola.

Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024), após sua aprovação, a gestão democrática ganhou outra dimensão em seu modelo. Segundo o PNE, em sua meta 19 segue os preceitos de que deve-se:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (BRASIL, 2014).

Diante disso, percebemos as mudanças adotadas para a escolha da equipe gestora das instituições de ensino pública, sendo estes escolhidos através de seu desempenho e capacidade, seguindo seu nível de formação para atuar na gestão, sendo este também apreciado pela comunidade escolar, por meio de votação. Sendo assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9304/96), traz à gestão

democrática para as escolas brasileiras, no texto consta que os sistemas de ensino deveriam criar “normas de gestão democrática do ensino público, com participação da comunidade”.

O referido trata do assunto de forma mais detalhada, propondo estabelecer em lei através de dispositivo que define os limites à expressão deste, determinando que, dentre os principais mecanismos considerados importantes para a elaboração do Projeto Político Pedagógico está na proposta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, precisamente, nos artigos 13 e 14, onde está implícito a participação dos profissionais da educação: :

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Além do enfoque da legalidade que embasa a gestão democrática em seu processo histórico, entendemos que ela abrange o exercício de atuar nas escolas e o seu dever educacional a fim de incluir em seu foco principal, o planejamento, tomada de decisões e uma avaliação dos resultados obtidos.

O modelo de gestão a ser aplicado nas escolas é um aspecto relevante para as políticas educacionais, que tem como princípio fundamental a participação na elaboração do Projeto Político Pedagógico- PPP se traduz em um instrumento para a organização escolar e efetivação dos princípios e fins da educação nacional.

O PPP mediante o princípio de participação, viabiliza o exercício de gestão democrática na escola:

O instrumento que define mediante planejamento coletivo os processos de gestão da escola. O projeto pedagógico é, portanto, o veículo do planejamento e principal ferramenta da gestão. Nesse são definidos, organizados, normatizados e acompanhados os processos de

aprendizagem e participação, individual e coletiva no espaço escolar (2002 a, p. 6).

A partir da LDB nº. 9394/96 cada escola, foi convidada a construir o seu Projeto Político Pedagógico, levando em considerações suas peculiaridades, proporcionando rever e ampliar a compreensão sobre a finalidade da educação. Partindo das seguintes definições: o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. Podemos compreender a importância destes instrumentos para uma educação de qualidade.

Com base nas palavras de Souza (2009), apresenta as seguintes definições para um gestor:

Os estudos ao longo do século XX no campo da gestão educacional/escolar no Brasil compreendem que o dirigente, especialmente o da escola, é um educador que tem a tarefa de coordenar o esforço coletivo desenvolvido na instituição, pois a gestão é, antes de tudo, a coordenação deste trabalho com vistas aos objetivos educacionais (SOUZA, 2009, p. 87).

Entende-se nas palavras do autor que o gestor deve estar conectado em todos os sentidos nas discussões referentes ao processo educativo da instituição, dando ênfase ao envolvimento de todos a fim de garantir a participação e autonomia com a intenção de colaborar para a melhoria da qualidade da aprendizagem.

Ainda considerando como parte de um sistema de gestão escolar, o cargo de gestor exige muitas habilidades, por isso é importante uma escolha bem sucedida deste profissional, pois este por meio de seu conhecimento deve demonstrar grande capacidade para exercício de gestão.

No que diz respeito ao PPP e a gestão escolar, observamos o que este documento normativo e elaborado para estabelecer diálogo entre a escola, partindo de suas propostas de transformar a escola em uma instituição democrática, integrando todos ao processo de tomada de decisões. E nisso, o PPP juntamente com os demais documentos legais que embasam os princípios da educação, devem ser considerados eixos norteadores de um bom trabalho escolar, permitindo um

diagnóstico dos problemas a serem solucionados. O PPP nos possibilita refletir o tipo de educação que se deseja desenvolver com o propósito de contribuir para a reflexão da prática e a efetivação de uma escola reflexiva.

Entretanto, o conceito de participação fundamenta-se na autonomia necessária na gestão democrática, de modo a construir relações que possibilitem uma forma de organização das ações pedagógicas, e nisso podemos incluir o PPP que serve de instrumento para subsidiar uma educação de qualidade, focado na participação em todos os segmentos da escola.

A gestão democrática em culminância com Projeto Político Pedagógico e demais leis legitimam a efetivação das ações educativas, assumindo estas como fator de melhoria da qualidade da educação e de aprimoramento das políticas educacionais, enquanto políticas de Estado. Nesse sentido, esta perspectiva deve ser o motor da administração e o modo de tomada de decisão no sistema articulado de educação, em todos os seus âmbitos. Uma perspectiva ampla de gestão democrática da educação básica, envolvendo os sistemas e as escolas, deve considerar as etapas e modalidades desse nível e as instâncias e mecanismos de participação coletiva.

O fundamento da gestão democrática se dá na constituição de um espaço público de direito, que deve promover condições de igualdade, garantir estrutura material para oferecer um serviço de qualidade, criar um ambiente de trabalho coletivo que vise à superação de um sistema educacional seletivo e excludente e, ao mesmo tempo, que possibilite a inter-relação desse sistema com o modo de produção e distribuição de riqueza, com a organização da sociedade, com a organização política, com a definição de papéis do poder público, com as teorias de conhecimento, as ciências, as artes e as culturas.

No processo de construção da gestão democrática da educação alguns indicadores são imprescindíveis: a autonomia, a representatividade social e a formação da cidadania, contribuindo para que as instituições educacionais, articuladas com outras organizações da comunidade, possam participar da construção de uma sociedade fundada na justiça social, na igualdade e na democracia.

Frente aos referencias legais, sobre os quais a escola deve fundamentar sua pratica pedagógica, concluímos que o gestor tem o dever e o direito de garantir à participação efetiva dos envolvidos no processo educativo, assumindo de forma

coletiva e responsável a função de construir um projeto político pedagógico que vise o ensino de qualidade para todos.

De acordo com Vasconcelos, entende-se que

atribuir competências e habilidades a todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, respeitando-se os limites de seus processos de desenvolvimento, a diversidade e a singularidade de suas possibilidades; Construir autonomia, espírito de cooperação, reciprocidade; Produzir conhecimentos e criar relações positivas e democráticas entre todos os segmentos envolvidos; Favorecer a transformação grupal através do respeito mútuo, do diálogo, da participação e engajamento; Garantir o acesso e permanência com sucesso a todos (VASCONCELOS, 2000, p. 169).

Faz se necessário rediscutir os processos de organização e gestão das escolas e sistemas, de modo a ampliar a reflexão dos conceitos e práticas que os norteiam, bem como garantir ações concretas em prol de uma educação de qualidade, a partir do encaminhamento de políticas universais, que se traduzam em procedimentos regulares e permanentes, em detrimento de políticas focalizadas.

Dentre os principais aspectos apresentados neste capítulo, em tese focalizamos a importância da gestão democrática e das políticas públicas na educação, no sentido de ampliar os fundamentos e conceitos destas ações que fomentam o processo educacional diante da globalização e descentralização no ensino. Nesta direção, ainda a questões sociais que no período militar influenciou na educação, ainda na década de 1980, citamos as novas relações entre Estado e sociedade, o que resultou na descentralização administrativa, o que significou para a escola uma nova visão, e o termo administração escolar foi então substituído por gestão escolar.

De acordo com Libâneo, no que se refere à gestão:

O termo *gestão* ganha mais abrangência que administração e organização porque é proposto dentro de uma visão sistêmica, que concebe o sistema de ensino como um todo: políticas e diretrizes educacionais às escolas, gestão de sistemas de ensino como um todo: políticas e diretrizes educacionais às escolas, gestão de sistemas de ensino e escolas, autonomia, processos participativos (LIBÂNEO, 2007, p. 15).

Portanto, a gestão significa uma maior integração entre os envolvidos no processo educativo, estabelecendo ações de participação e autonomia permitindo no espaço escolar num sentido democrático, estabelecer a comunicação entre todos da comunidade escolar e não restringindo a tomada de decisões, mas que estas sejam compartilhadas coletivamente.

Com o propósito de melhor entender sobre gestão educacional e escolar, em uma abordagem conceitual, inicia-se no Brasil com a chegada dos colonizadores e dos padres Jesuítas, o modelo de ensino regido pela Companhia de Jesus, que eram considerados transmissores da cultura latina. Desta maneira de ensinar dos Jesuítas sendo destinados aos menos favorecidos somente a catequização.

Após a expulsão dos jesuítas, iniciou-se a educação Pública no Brasil, firmando ideais de formar cidadãos para conflitar com os interesses do governo, e no final do século XIX, nos Estados Unidos, baseada na teoria de Frederick Taylor, com a intenção de elevar e intensificar o trabalho através de uma organização científica foi abordado como um sistema de produção desenvolvida para atender o crescimento do mercado, chamado Fordismo, criado por Henry Ford. Para isso o funcionário de especializava em uma etapa do processo de forma repetitiva.

Um tipo de homem é necessário para planejar e outro diferente para executar o trabalho. [...] em quase todas as artes mecânicas, a ciência que rege as operações do trabalho é tão vasta e complexa que o melhor trabalhador adaptado a sua função é incapaz de entendê-la, que por falta de estudo, quer por insuficiente capacidade mental (TAYLOR, 1990, p. 43).

Os objetivos do Fordismo e do Taylorismo são caracterizados pela produção em curto espaço de tempo, explorando assim a força do trabalho dos operários, baseado em um modelo econômico que também são predominantes no campo da educação e nos modos de gestão. Compreende-se que o embasamento metodológico utilizado nas escolas deveriam ser reavaliadas de acordo com as especificidades de cada instituição, de modo particular, seus alunos, pois diante da realidade socioeconômica visa interesses particulares.

Nesse entendimento, focado no sistema taylorista e fordista, sabemos que a educação é um direito, sendo organizado e deve ter uma gestão de pessoas e não de máquinas. Para concluirmos esse enfoque introdutório acerca de como iniciou na educação pública um modelo que viesse de encontro as necessidades para termos uma educação de qualidade, os sistemas educacionais necessitam rever suas propostas de ensino, e buscar a integração no currículo incorporando a gestão escolar democrática.

Posterior a este período, então propõe-se caracterizar as diferenças entre a gestão educacional e escolar, onde destacamos que a gestão escolar veio para mudar os padrões tradicionais de organização e formas de gerenciar os sistemas de ensino. Sendo assim, a contextualização do processo histórico da gestão

democrática seja mais bem compreendida na educação, nos dão elementos para uma reflexão em torno da prática gestora que atualmente é desenvolvida nos sistemas de ensino.

Para uma melhor explanação do assunto, entre as décadas de 1960 a 1980 surgem intensos debates em torno do tema participação e da democratização da gestão escolar, trazendo discussões no âmbito pedagógico, nos setores educacionais públicos e privados. Conforme Vianna (1986), nessa época, as experiências isoladas de gestão colegiada de escolas sempre existiram, mas não tiveram um maior impacto sobre os sistemas de ensino.

Em consonância a Constituição de 1988, ainda na década de 1980, onde esta consagrou o princípio da gestão democrática no ensino público, a democratização da gestão ganhou enfoque neste período. Pois diante das finalidades da educação, temos o debate sobre a modernização nas escolas, dando ênfase a sua eficácia, em caráter público e democrático. Entre as teorias aplicadas à educação, a Lei Complementar da educação, assim definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB nº 9394/96 (BRASIL, 1996), onde nesta está regulamentado as diretrizes gerais para a educação e os seus respectivos sistemas de ensino pautada nos princípios constitucionais, inclusive, a gestão democrática.

Para finalizar, pautados no entendimento que se depreende deste estudo e sobre os conceitos de gestão democrática, gestão educacional e gestão escolar, estes são entendidos como processos complementares que priorizam as ações desenvolvidas num contexto escolar, cuja finalidade é alcançar os objetivos propostos, alicerçados pelas formas de organização na gestão escolar democrática, propondo inovações no processo educativo.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Contextualizando a educação brasileira em sua trajetória e a situação atual dos aspectos sociopolíticos, a Constituição de 1988 significou uma grande mudança no quadro legal, tornando-se um direito de modo que caberia ao Estado garantir, de forma obrigatória. E em seu Art. 208, cita o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009-Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009-BRASIL, 1996).

As políticas públicas são ações governamentais inseridas em um contexto social, para tanto é necessário compreendê-las a partir de sua influência na educação e como estas interferem no processo educacional. Estas são ações do Estado com a finalidade de garantir a todos os direitos sociais e econômicos, de forma a serem atendidos, em todos os âmbitos da sociedade.

A oferta de uma educação de qualidade está ligada as políticas públicas e os planos de governo, onde respeitando as legislações inerentes á educação básica como direito social e fundamental como citado anteriormente. (Nesse sentido, vale ressaltar as finalidades citadas no âmbito da LDB 9394/96, art.35);

A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, art.35).

Atualmente, as políticas educacionais alicerçado nos dispositivos constitucionais apontaram a necessidade de ampliar a oferta em todos os níveis e modalidades de ensino, sendo este reforçado, na década seguinte, pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases.

As bases destas estão ligadas ao contexto social pós-ditadura, onde para melhor compreender as políticas educacionais brasileiras, podemos citar sobre a influência do neoliberalismo, ou seja, é a intervenção do estado na economia e da

globalização em meados dos anos 80, sendo conferida a iniciativa privada nas questões sociais. Nesse sentido, houve uma regulamentação nas questões dos gastos públicos.

Diante das características que influenciaram o neoliberalismo num contexto globalizado neoliberal que neste sistema característico da globalização e seus efeitos sobre a educação, pois ainda no Brasil, as políticas sociais, econômicas e educacionais continuam se delineando de acordo com as propostas do mercado mundial.

As reformas educacionais no Brasil, foram iniciadas na década de 1990 e palavras como descentralização, autonomia, gestão democrática, participação, qualidade, qualificação, valorização do magistério, competência, equidade, entre outras, passaram a ser utilizadas com grande ênfase no discurso dessas reformas e na formulação das políticas educacionais, buscando implementar políticas para a educação com vistas à eficiência, rumo à qualidade do ensino.

Para os neoliberais:

[...] transformar a escola supõe um enorme desafio gerencial promover uma mudança substantiva nas práticas pedagógicas, tornando-as mais eficientes. Reestruturar o sistema para flexibilizar a oferta educacional; promover uma mudança cultural, não menos profunda, nas estratégias de gestão (agora guiadas pelos novos conceitos de qualidade total); reformular o perfil dos professores, requalificando-os ; implementar uma ampla reforma curricular (GENTILI, 1996, p. 18).

Do ponto de vista histórico, o neoliberalismo é considerado filho do liberalismo. O liberalismo surgiu e se desenvolveu nos séculos XVII e XVIII em oposição à monarquia absoluta, esta, fundada na ideia de hierarquia divina, social e natural, baseada na estrutura feudal de produção, bem como numa concepção teocrática do poder. Nasce o Estado liberal, com a função de legislar e garantir a ordem pública, tendo no individualismo a sua marca: propriedade privada individual, leis a favor do indivíduo e não da sociedade, direitos individuais em detrimento dos direitos sociais, como saúde, educação, segurança.

O neoliberalismo não constitui um corpo teórico à parte da tradição liberal, tendo como tendência radicalizar alguns aspectos do liberalismo, ou seja, o neoliberalismo, no que se refere à educação, defende a escola básica, universal, laica, gratuita e obrigatória a todos. No Brasil a proposta, por exemplo, é de uma formação geral e polivalente visando à qualificação de mão-de-obra para o mercado. Essa ideia de preparação de mão-de-obra está voltada mais ao campo técnico do

que propriamente humano. A preocupação com que o trabalhador aprenda a ler, escrever e contar não tem nada de edificante ou humanitário, muito menos filantrópico.

Portanto, observa-se que, ao longo dos anos, as ações inovadoras voltadas para a educação e as tentativas de reformas no sistema educacional num contexto geral, são antigas, devido a necessidade de mudanças no que se refere ao sistema educativo. Nesse sentido, Tedesco afirma que:

Democratizar a educação seria uma condição necessária para democratização social. Depois da Segunda Guerra Mundial, a expansão educativa foi considerada como uma necessidade para o crescimento econômico. Gastar em educação seria investir, tanto ao nível individual quanto social. Dessa forma, a democratização e o desenvolvimento econômico aparecem com os objetivos básicos da política educacional, e foi a partir dessa perspectiva que o real dos sistemas educacionais existentes foi avaliado (TEDESCO, 1995, p. 92).

Nessas perspectivas, com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino, buscou-se através das políticas públicas a democratização, propiciando a todos o acesso a educação e, ainda, cabendo a qualquer cidadão brasileiro reivindicar do poder público as medidas necessárias para sua efetivação. Sem dúvida a democracia, é ferramenta fundamental para promover mudanças no desenvolvimento integral e econômico da sociedade.

As políticas públicas na educação brasileira têm como foco principal a articulação entre políticas educacionais e gestão democrática na função da escola, sob o contexto atual. Indo ao encontro dessa constatação, destaca-se o PNE (“Lei nº 10.172, de 2001), quando estabelece, em suas diretrizes, a gestão democrática e participativa”, a ser concretizada por políticas públicas educacionais, especialmente voltadas à organização e fortalecimento de colegiados em todos os níveis da gestão educacional.

De acordo com Teixeira (2002), para que as políticas públicas possam ser efetivadas e legitimadas entende-se que haja mediações sociais e institucionais, cujo teor estabelece que;

[...] as políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia (TEIXEIRA, 2002, p.2).

A implementação de políticas públicas educacionais definem a importância em garantir o desenvolvimento nacional de direitos intitulados na Constituição Federal de 1988, para a construção de sociedade livre, justa e solidária, reduzindo as desigualdades sociais e regionais. Deste modo, as políticas públicas estão fundamentadas nos objetivos de efetivar esses direitos para a consolidação da cidadania. (BRASIL, 1988).

Com o propósito de entender um pouco mais sobre os objetivos das políticas públicas, podemos destacar que

[...] as políticas públicas visam responder e demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social. Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. Outras políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas). Ainda outras são necessárias para regular conflitos entre os diversos atores sociais que, mesmo hegemônicos, tem contradições de interesses que não se resolvem por si mesmas ou pelo mercado e necessitam de mediação. Os objetivos das políticas têm uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação (TEIXEIRA, 2002, p.3),.

Cabe enfatizar que as políticas públicas consolidam a participação de uma sociedade organizada em busca de promover a interação entre escola, família e sociedade, atendendo as demandas sociais e culturais existentes a fim de promover as mudanças necessárias por intermédio de sua implantação.

Em definição sobre integrar a escola, família e a sociedade, fundamental o papel destas políticas educacionais no desenvolvimento da criança aliado ao processo de educar constata-se pelo fato da educação ser um processo contínuo, no qual dever ser desempenhada na escola, em casa e na sociedade. Como está escrito acima, para a LDB, o planejamento, a elaboração e a execução de uma proposta pedagógica é a principal das atribuições das unidades de ensino, devendo ela, assim, na sua gestão trilhar um caminho orientado por esta finalidade, assim expresso em seu Artigo 12 (LDB 9393/96).

Como está escrito acima, para a LDB, o planejamento, a elaboração e a execução de uma proposta pedagógica é a principal das atribuições das unidades de ensino, devendo ela, assim, na sua gestão trilhar um caminho orientado por esta

finalidade, sendo legitimado por leis específicas para viabilizar políticas que possam contribuir no crescimento da educação pública no país. (VIEIRA, 2008, p. 43).

Sendo assim, temos no Artigo 12 da LDB, e a seguinte definição pelo autor(a);

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de [...] articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola. (LDBN 9394/96 artigo 12, parágrafo 6)

No entanto, a família deve articular-se com a escola com o objetivo de entender que ambas tem compromisso com a garantia da aprendizagem, acompanhando o desenvolvimento do aluno a fim de propiciar um futuro com melhores condições. Neste cenário, a escola juntamente com os pais e a comunidade tem a responsabilidade de efetivar a participação dos pais na implementação de uma gestão democrática participativa.

Para Torres (2003) a definição de Políticas Educacionais precisa vir de uma ação do Estado, descrita como:

Uma sociologia política da educação deriva das teorias do Estado, e critica as análises convencionais ou dominantes porque a estas falta uma abordagem holística ou abrangente dos determinantes da formulação de políticas. Em um nível mais alto de abstração, por exemplo, falta abordagens convencionais da formulação de políticas a capacidade de relacionar o que acontece nas escolas e nos locais de educação não-formal o que ocorre na sociedade relativamente à dinâmica do processo de acumulação do capital e de legitimação política (TORRES, 2003, p.80).

Do ponto de vista do mesmo autor, uma teoria crítica do poder e do Estado no que diz respeito às políticas públicas educacionais, são o ponto de partida para aprimorar os estudos no campo da educação, regulamentando e definindo uma melhor forma de organização das ações elaboradas com vistas as a participação social e governamental, de acordo com as necessidades da sociedade.

As políticas públicas configuram os modos de articulação entre o Estado e a sociedade, apresentando-se como plural, em virtude das diferentes abordagens teórico-metodológicas que lhes servem de suporte. De acordo com Azevedo (2008), as políticas são fruto da ação humana e, por conseguinte, dependem do próprio sistema de representações sociais. São os diferentes atores sociais que embatem com os fazedores de política, com suas perspectivas e apoio a algum tipo de definição do social da realidade. Constitui-se, dessa forma, em uma relação

intrínseca entre como os interesses sociais se articulam e os padrões que dão o aspecto a uma política.

Nesse cenário, assiste-se a um discurso voltado à descentralização do ensino, por meio do regime de colaboração entre os entes federados, e à proposição de políticas centralizadas no âmbito de programas e ações do Ministério da Educação (MEC), nem sempre articuladas e cuja adesão por estados e municípios se efetiva, historicamente, sem clara conexão com prioridades estabelecidas pelos respectivos sistemas de ensino.

A educação de qualidade seguindo os parâmetros de suas diretrizes, metas e ações e conferindo a essa qualidade uma dimensão sócio histórico e, portanto, inclusiva, é um grande desafio para o país, em especial para as políticas e gestão desse nível de ensino de modo a contribuir com a melhoria da aprendizagem dos educandos, em articulação à melhoria das condições de vida e de formação da população. Consequentemente,;

[...] a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos (...). Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula (DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS, 2007, p. 9).

As políticas e gestão da educação básica democratizam o acesso e a permanência com qualidade, onde algumas políticas, programas e ações têm se desencadeado nos âmbitos federal, estadual e municipal, a fim de contribuir para a ampliação das oportunidades educacionais na educação básica, tarefa constitucionalmente de competência direta dos estados, Distrito Federal e Municípios.

Nessa perspectiva, com intuito de melhorias na educação brasileira situam-se as ações mediadas por efetiva regulamentação do regime de colaboração entre a União, estados, Distrito Federal e municípios, objetivando, assegurar um padrão de acesso, permanência e gestão na educação básica, pautado por políticas e ações que promovam a educação democrática e de qualidade social para todos.

Do ponto de vista educacional, as Políticas Públicas conforme explícito neste capítulo detém-se partindo da concepção da educação como direito social em referência ao estudo bibliográfico, depreende-se o entendimento de que a

elaboração e efetivação das ações socioeducativas que contemplem uma educação de qualidade para todos.

3 ANÁLISE E DISCUSSÕES DAS ENTREVISTAS

A fim de atender aos objetivos da pesquisa foram aplicados questionários a gestora e duas professoras de uma escola pública, do município de Jacuizinho/RS, sendo estas profissionais graduadas na área da educação.

Segundo Oliveira (1999), afirma que o questionário é um instrumento que serve de apoio ao pesquisador para a coleta de dados. As respostas dos colaboradores, foram considerados ponto importante para compreensão do problema de pesquisa que foi direcionado para a identificação das Concepções de Políticas Públicas e Gestão Democrática dos professores de escola pública, assim como os desafios e as facilidades em sua implementação na escola, pois possuem experiência de mais de 15 anos cada.

O questionário aplicado ao gestor possuía 5 (cinco) questões, já o aplicado ao professores 4 (quatro) questões, ambos os questionários abordaram os temas relativos à pesquisa, acerca da concepção e entendimento da Gestão Democrática e Políticas Públicas na educação, e dados da formação profissional das docentes, por meio de perguntas abertas, permitindo-as responder livremente, usando linguagem própria e emitindo opiniões.

No questionário aplicado a gestora da instituição optou-se por formular uma questão a mais, no sentido de esta ser a responsável direta pela organização escolar, dando ênfase ao seu trabalho de dirigir o educandário e assim explanar de forma complexa sobre os temas abordados na concepção da mesma.

Então assim é definida a concepção de Políticas Públicas na visão da gestora:

“Entendemos por Políticas Públicas, todas as ações realizadas em prol de uma educação de qualidade, ou seja, correspondem aos direitos assegurados constitucionalmente, e assim desenvolvidos através de ações, programas e atividades que venham de encontro às necessidades educacionais”.

. Para ilustrar um pouco mais sobre Políticas Públicas na educação, um trecho citado em resposta da professora a professora(1) argumentou sobre o tema, assim para esta: *“as políticas públicas são propostas de governo que fortalecem a formação, ampliação, a utilização de mecanismos nos aspectos educacionais, sociais culturais, com o envolvimento da sociedade com um todo. Neste sentido,*

observação a aplicação de política de democratização da educação, com participação democrática e todos os segmentos, e a garantia de acesso e permanência do estudante na rede de ensino estadual, comprometendo-se com a qualidade eficiente para a profissionalização. Também o fortalecimento da gestão escolar através dos conselhos, a formação continuada dos profissionais da educação. Com base nestas colocações analisa o processo, com acompanhamento e avaliação na atuação e os resultados de cada política pública analisada no contexto escolar”.

A discussão sobre a gestão da educação básica apresenta-se a partir de várias proposições, bem como concepções e cenários complexos, articulados aos sistemas de ensino. Nessa direção, é fundamental situar os eixos que permeiam a presente análise sobre gestão, no tocante à concepção, formação da educação.

Portanto, a gestão escolar tem a função de organizar todos os elementos que influenciam no trabalho pedagógico, articulado com as políticas educacionais e o Projeto Político Pedagógico, a fim de garantir juntamente com os profissionais da educação o princípio da gestão democrática e da garantia de direitos, primando pelo processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

O PPP é um projeto que visa contemplar os princípios de autonomia, e políticos dos direitos e deveres no exercício da cidadania, destacando a ordem democrática da instituição.

De acordo com Libâneo (2004):

O projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando a atingir os objetivos que se propõem. É o ordenador, o norteador da vida escolar. (LIBÂNEO, 2004 p, 153).

Portanto, de acordo com as definições expressas a gestão democrática deve ser expresso o conhecimento de todos, a fim de gerir as ações desenvolvidas na escola, tornando os envolvidos em participantes do processo de construção do PPP, e este deve ser visto como um trabalho coletivo por meio da participação da comunidade escolar e também nos processos de decisões e escolhas.

. Através da visão dos docentes a respeito da gestão democrática e políticas públicas para a educação, foi nítida a percepção de que a gestão democrática é desenvolvida na escola, ainda que de forma mais centralizada, onde os mesmos

podem opinar sobre a forma de gerir a escola e onde todos compartilham os mesmos objetivos.

Em relação a gestão democrática a professora (1) cita que possui a seguinte concepção no contexto educacional de sua atuação: *“A gestão de uma escola precisa ser integrada com todos os segmentos do educandário, como: alunos, professores, diretores, pais e responsáveis. E dessa forma, o gestor tem como papel principal o conhecimento, e estar capacitada para gerir todas as áreas da gestão, pedagógica, administrativa, financeira e participativa, promovendo a qualidade de todo mecanismos necessários para uma efetiva de proposta de gestão democrática. O gestor é responsável por realizar a avaliação da realidade educacional de sua instituição para modificar a execução de sua gestão, tendo ciências do seu papel e qual sua meta no processo. E que todos os envolvidos façam parte das decisões a serem tomadas para a formação do processo de ensino-aprendizagem. Porque a gestão democrática significa a participação de todos os segmentos envolvidos em uma instituição neste caso, de ensino, fora a qualidade da educação e o bem de todos, com propostas bem claras e de conhecimento de todos. Soubemos que este trabalho é complexo, e precisa de pessoas que desenvolvam um trabalho de fortalecimento, de ampliação e crescimento educacional. E outro ponto importante, que o gestor deve ter um perfil de empatia e promoção do bem-estar de todos, ser perseverante com novas propostas pedagógicas para o enriquecimento do trabalho de todos os envolvidos”*.

Ainda na concepção destes, a escola busca estimular a participação da comunidade escolar, mesmo a participação dos pais sendo restrita, estes possuem liberdade para opinar sobre assuntos gerais da instituição.

Referente a gestão foi questionado a professora (2), se a mesma percebe na escola a existência de uma gestão democrática, e esta afirmou que *de maneira geral, observa-se a participação constante em todas as ações educacionais, procurando organizar e promover mecanismos de estruturação e implementação da gestão”*.

A pesquisa aponta também que na escola existe o conselho escolar e ressalta sua importância, pois, segundo os entrevistados ele é um órgão de maior autoridade, detendo o poder de decisão coletivo e cabendo a ele as decisões mais complexas e importantes, pois o órgão é composto de vários membros da comunidade escolar. E ressalta sua importância, onde direção, professores, alunos e

funcionários, atuam na construção e avaliação de projetos visando uma educação com mais qualidade.

Na visão do gestor, gestão democrática é “[...] entendida como a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, direção, professores, alunos e funcionários, na construção e avaliação de projetos na busca de uma educação de qualidade, formando indivíduos críticos, criativos e participativos, com condições de integrar o mundo do trabalho. O gestor é responsável por realizar a avaliação da realidade educacional de sua instituição para modificar a execução de sua gestão, tendo consciência do seu papel e qual sua meta no processo. Porque a gestão democrática significa a participação de todos os segmentos envolvidos em uma instituição de ensino, com propostas bem claras e de conhecimento de todos.”

Porém detendo-se do poder de decisão final, cabe a gestora a tomada de decisões mais complexas e importantes, mas de forma integrada com os demais membros da comunidade escolar. Para isso, sabemos que dentre as políticas educacionais, tendo em vista a importância da elaboração conjunta do Projeto político Pedagógica da escola.

Conforme Jesus (2005, p.30), o Conselho Escolar é responsável pela elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e pela tomada de decisões, pois ele é um conselho de caráter consultivo, deliberativo e fiscal. O conselho deve ter reuniões periódicas e elaborar, normatizar, aconselhar e fiscalizar as ações da escola.

Ainda no que diz respeito aos Conselhos Escolares, na sua implementação como uma forma de superação de poder, constitui espaço para discussão no que se refere as suas atribuições assim definidas:

As atribuições do Conselho escolar dependem das diretrizes do sistema de ensino e das definições das comunidades local e escolar. [...] dentre as principais atribuições do Conselho destacamos a sua função de coordenação do coletivo da escola e a criação de mecanismos de participação. O Conselho escolar beneficia-se com a existência de outros espaços de participação na escola, como o grêmio estudantil, as associações de pais, professores, etc. A participação nesses espaços contribui para a aprendizagem da função política da educação e para o aprendizado do jogo democrático (BRASIL, 2004 a, p. 46).

Nas palavras da gestora da escola “o Gestor deve proporcionar espaço para discussões e recorrer a estratégias que possam coletar opiniões, para direcionar e guiar seu trabalho. O papel dele antes de tudo é ser um mediador, um mobilizador, que de posse das opiniões e juntamente com seu grupo de trabalho, coloque ações

elencadas em prática. Diria ainda, que o Gestor deve ter uma linha de ação pensada, planejada e organizada, visto que, na escola o currículo se forma a partir da política vivenciada por este gestor”.

Segundo as professoras questionadas o Conselho Escolar enquanto instrumento de participação dos segmentos da escola e de democratização das decisões tomadas, poderia ser mais abrangente e mais participativo, porém a gestora, juntamente com os demais da equipe diretiva busca culminar as ações desenvolvidas na escola sempre primando por uma educação de qualidade. Nas palavras de uma das professoras:

Em relação a gestão democrática e políticas públicas educacionais, a professora(2) afirma que: *“A gestão de uma escola precisa ser integrada com todos os segmentos do educandário, como: alunos, professores, diretores, pais e responsáveis. E dessa forma, o gestor tem como papel principal o conhecimento, e estar capacitada para gerir todas as áreas da gestão, pedagógica, administrativa, financeira e participativa, promovendo a qualidade de todo mecanismos necessários para uma efetiva de proposta de gestão democrática.”*

Para reforçar no que se refere às respostas de forma geral da equipe docente, por meio dos temas expostos no texto, pode-se perceber que estas apresentam concepções que apontam os elementos democráticos essenciais para a gestão escolar, o que indica a participação da comunidade escolar nas ações conjuntas de decisões.

Sendo assim, está afirmado por Lück:

Gestão escolar é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação do seu projeto político-pedagógico e comprometido com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo. (Lück, 2009, p.24).

O ato de gerir uma instituição escolar deve estar diretamente ligado as políticas educacionais, que visam a ações e práticas definidas por toda comunidade escolar, assegurando os princípios da democracia.

Para ambas as educadoras, políticas públicas educacionais e gestão democrática, são propostas de governo que fortalecem a formação, ampliação e a utilização de mecanismos nos aspectos educacionais, sociais culturais, com o envolvimento da sociedade com um todo. Neste sentido, observou-se à aplicação de

política de democratização da educação, com participação de todos os segmentos e a garantia de acesso e permanência do estudante nesta instituição de ensino.

Em síntese, na escola pesquisada, percebemos que ocorre por meio do diálogo, da interação e participação de todos os envolvidos no processo educativo, primando por ações conjuntas que em referência ao exercício da cidadania e dessa forma reconhecer a importância das políticas educacionais e gestão democrática, identificando os aspectos e princípios norteadores no espaço escolar, baseado no diálogo, sendo a escola difusora do saber.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo monográfico foi desenvolvido em três capítulos com a pretensão de compreender em uma abordagem histórica das concepções acerca de Políticas Públicas e Gestão Democrática na educação, discutindo os pontos importantes e ligados as Leis Constitucionais e a relação direta destas no desenvolvimento na escola pesquisada, assim como um enfoque sobre o Projeto político Pedagógico como fator de reconhecimento das necessidades desta instituição e de forma geral.

A escola se redefine como espaço democrático de elaboração de valores, de respeito às diferenças, de produção e disseminação de conhecimento e de convivência humana, social, cultural e política. Levando sempre em consideração a realidade das relações sociais e de trabalho. Portanto, esta visão concebe os sujeitos como portadores de direitos, cuja formação tem por objetivo proporcionar graus sempre crescentes de cidadania e humanização.

Dessa forma, a gestão democrática dos sistemas de ensino e das unidades escolares constitui uma das dimensões para assegurar o acesso à educação de qualidade como direito universal. A gestão democrática como princípio da educação nacional articula-se à luta pela qualidade da educação e às diversas formas de participação encontradas pelas comunidades local e escolar na elaboração de projetos político-pedagógicos, ao mesmo tempo em que objetiva contribuir para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a transformação social.

Para tanto, a escola precisa ter uma relação permanente com a comunidade, construindo de maneira coletiva e participativa no que se refere ao projeto político pedagógico e as demais leis que fomentam as políticas públicas educacionais, a gestão democrática, e assim observando o seu entrelaçamento com outros espaços e setores da escola e sociedade. Foi apresentada a partir do resgate da construção coletiva do PPP, sendo esta considerada a proposta que norteia o trabalho pedagógico na escola.

Com os resultados obtidos na aplicação dos questionários, objetivou-se especificar como os teóricos conceituam a gestão democrática e políticas públicas educacionais nas escolas públicas, identificando o papel do diretor frente a essa gestão democrática e as ações e instrumentos que confirmam a gestão democrática

na escola e identificando as dificuldades encontradas no processo de desenvolvimento da mesma.

Partindo dos pressupostos determinados para a culminância dos temas abordados, concluímos que a gestão democrática deve estar respaldada por políticas públicas construídas com base em princípios, a fim de garantir uma educação de qualidade social, priorizando o direito de todos e o dever do Estado, com a participação da comunidade escolar, articuladas com um projeto de desenvolvimento social.

Dessa maneira, as atuais políticas públicas da educação oficializaram a descentralização administrativa, dando espaço para as comunidades escolar e local participarem através de Conselhos. Participação esta que requer competência dos envolvidos com intuito de cumprir com seu papel, atuando com empenho para legitimar as ações dos gestores, se aprimorando no processo participativo, incentivando a gestão democrática, através da institucionalização de mecanismos, atuando no desenvolvimento de políticas públicas que buscam a transformação da escola num espaço democrático.

Partindo da concepção da educação como direito social e do estudo bibliográfico, e a análise das respostas obtidas percebe-se o ideal priorizado pela instituição, que é atender de forma igualitária e buscar efetivar as políticas públicas como política de Estado e as temáticas escolhidas buscaram tratar temas considerados relevantes e prioritários na perspectiva da educação brasileira, e no contexto das Políticas Públicas, Gestão Democrática, Gestão Educacional e Escolar.

A escola pesquisada percebe que em conformidade com os princípios de legislação educacional e em análise das respostas que as entrevistadas sabem o que significa os assuntos relativos à educação, onde frente as opiniões por parte destas caracterizam a escola como um espaço que direciona as suas ações baseadas na tomada de decisões coletivas do grupo.

Diante das entrevistas foi possível o conhecimento da realidade da escola de ensino fundamental, constatando que todas as participantes tem a mesma visão das questões trazidas para o debate deste trabalho. Nessa perspectiva, meu conhecimento prévio referente ao embate da pesquisa é decorrente uma busca bibliográfica para embasar teoricamente nas questões de gestão na educação.

Portanto, este trabalho discorre de um assunto relevante sobre concepções no processo de construção que a educação em direitos e princípios bem como as políticas públicas de constituição e as bases legais que amparam esse modelo de gestão.

Assim sendo, a sentido aqui atribuído as políticas públicas educacionais e a gestão democrática referem-se então a sua capacidade de promover a autonomia e participação na escola, mesmo se tratando de um processo em construção no campo da educação.

De maneira a contribuir no tocante a importância das políticas públicas para a educação, com foco nos objetivos propostos através de programas educacionais que devem ser oferecidos em todas as etapas e não somente na educação básica, garantidos pelo Estado, por meio de planejamento e execução em um trabalho conjunto para quebrar paradigmas existentes, e assim efetivar a qualidade na educação.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.)
- ANDRIOLI, Antônio Inácio. **As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo**. Revista Espaço Acadêmico, ano II, nº 13, junho de 2002. Disponível em <https://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>
- ARANDA, M. A. de M. **O significado do princípio da participação na política educacional brasileira nos anos iniciais do século XXI: o declarado no PPA Brasil de Todos 2004-2007**". 236 p.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. 79 p.
- BEDIN, Silvio Antonio. **A Gestão Democrática e a Reforma do pensamento**. In: Escola: da magia da criação - as éticas que sustentam a escola pública. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006. p.103-115.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Planalto do Governo, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm , em setembro de 2018.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldb1 , em setembro de 2018.
- BRASIL. Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**. Brasília – MEC, 2001. Disponível em portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172, em setembro de 2018.
- CAMARGO, Marcelo Novelino. **O conteúdo jurídico da dignidade da pessoa humana**. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2007.

CHAUÍ, M, NOGUEIRA. M. A. (2007). **Pensamento Político e a Redemocratização do Brasil**. Lua Nova, São Paulo, n.71, p. 173-228, 2007. Disponível www.scielo.br/pdf/ln/n71/05.pdf , acesso setembro de 2018.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, Alysson...[et al.]. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002

CURY, C.R.J. **A educação básica no Brasil**. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 169-201, set. 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

EYNG, A. M. **Planejamento e gestão do projeto político pedagógico desenvolvendo competências**. In: _____. EYNG, A. M. (org.). Planejamento e gestão educacional numa perspectiva sistêmica. Curitiba: Champagnat, 2002a.

FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia, A. da S. (Orgs.). **Gestão de Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, Naura S. Carapeto. & AGUIAR, Marcia A. S. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 2ªed. São Paulo, Cortez, 2001.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, CNTE: 1996.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil: 1964-1985**. São Paulo: Cortez, 2000.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil – 5ª Ed. –** São Paulo: Cortez, 2011.

Gestão democrática: Disponível em:

<http://ifscgoe2010.blogspot.com/2010/09/gestao-democratica-e-reforma-do.html>. Acesso e 18/09/2018.

Histórico da Gestão Democrática: Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/plano-nacional-de-educacao/historico>. Acesso em 09/12/2018

JESUS, C. R. **A atuação do Conselho Escolar em uma escola pública de Campo Largo: Limites e Possibilidades**. 2005. Monografia (Especialização em Gestão Escolar, Orientação e Supervisão). 83f. Faculdade Padre João Bagozzi. Curitiba, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: Teoria e Prática**. 5ª Ed., Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, Luis Carlos, **Concepções e práticas de organização e gestão da escola: considerações introdutórias para um exame crítico da discussão atual no Brasil**. In: Revista Española de Educación Comparada n° 13, Madrid, Espanha. Año 2007.

LUCK, H. **A evolução da Gestão Educacional, a partir da mudança pragmática**. Revista Gestão em Rede, n. 3, p. 13-18, 1997.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, p. 24, 2009.

MARTINS, José Padro. **Administração escolar**. São Paulo: Atlas 1999 .

MAROY, C. **Convergências e divergências dos modos de regulação numa perspectiva europeia**. In: BARROSO, J. (Org.). A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e atores. Lisboa: Educa, 2006. p. 227-244. .

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. Educação & Sociedade— Revista de Ciência da Educação. Campinas, v.25, n. 89, p. 1127-1144, set/dez.2004.

OLIVEIRA, Marta Kohl de , **Sobre diferenças individuais e diferenças culturais: o lugar da abordagem histórico-cultural**. In AQUINO, J. G. (org.) Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo, Summus. 1997.

PEREIRA, Sueli Menezes. **A educação básica diante do processo de (des)centralização da gestão escolar**. 2008. Disponível em www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/790_905.pdf

ROMANELLE, Otaiza de Oliveira. **História da educação do Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SOUZA, A|. R. **A pesquisa no campo da gestão da educação: algumas reflexões sobre as relações entre produção do conhecimento e a prática da gestão educacional**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 81-94, jan./jun. 2009. Disponível em: < [ttp://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/103/292](http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/103/292)>. Acesso em: 02/11/2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org): **os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Robinson dos y ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Educação, globalização e neoliberalismo: o debate precisa continuar!** Revista Ibero-americana de Educação. n. 35/1. 2005. Disponível em rieoei.org/deloslectores/905Santos.pdf

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas**, 2002 - AATR-BA. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspublicas.pdf>. Acesso em 15/10/2018.

TEDESCO, Juan Carlos. **Sociologia da Educação**. 4ª edição. Campinas São Paulo: Autores associados, 1995

TORRES, Carlos Alberto. **Teoria Crítica e Sociológica**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003.

VASCONCELLOS, Celso Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto politico-pedagógico**. São Paulo: Libertad. 2000.

VIANNA. I. O. A. **Planejamento Participativo na Escola**. São Paulo. EPU, 1986.
VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação Básica: política e gestão escolar**. Líber livro, fortaleza, 2008.

WITTMANN, Lauro Carlos. **Autonomia da Escola e Descentralização de sua Gestão**: novas demandas para o gestor. Em aberto. Brasília, v 17, n 72, p.88-96, fev. jun., 2000.

APÊNDICES

Apêndice A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

A aluna Marcia Gonzatti de Matos, aluna regular do curso de Especialização em Gestão Educacional - Pós-Graduação Latu Sensu promovido pela Universidade Federal de Santa Maria- UFSM, sob orientação da Professora Pâmela Franco Fernandes, realizará a pesquisa sobre: “Concepção de Políticas Públicas e Gestão Democrática dos professores de Escola Pública”, junto a Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonel de Moura Brizola, do município de Jacuizinho/RS.

Os dados desta pesquisa estarão no trabalho de conclusão de curso, não sendo mencionados os nomes dos participantes e da instituição em nenhuma apresentação oral ou trabalho acadêmico que venha a ser publicado. A participação não oferece risco ou prejuízo ao participante. O pesquisador compromete-se a esclarecer qualquer dúvida ou questionamento, que eventualmente os participantes venham a ter, no momento da pesquisa ou posteriormente através do e-mail – marciaheitor01@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado(a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas:

Ciente e de acordo com o anteriormente exposto, eu

RG _____ estou de acordo em participar desta entrevista.

Assinatura do Entrevistado

Santa Maria/RS – Agosto de 2018.

Eu, Marcia Gonzatti de Matos, declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste entrevistado.

Santa Maria, ____/____/____

Marcia Gonzatti de Matos

APÊNDICE B: Questionário aplicado com o(a) diretor(a) da Escola

Nome:

Formação (aqui entra todos os cursos de nível superior e pós):

1) Tempo em que atua no magistério? E a quanto tempo é diretor(a)?

2) o que entende por gestão democrática? E qual o papel do gestor?

3) O que pensa você sobre as políticas públicas? Quais considera relevantes
Apara a qualidade da educação?

4) Quais políticas públicas são desenvolvidas ou fomentadas na Escola? (Exemplo:
Eja, prouni...)

5) Quem participa das decisões tomadas com relação às atividades
desenvolvidas na Escola?

APÊNCICE C: Questionário aplicado aos professores (as)**Questionário com o Professor 1 e 2****Nome:****Formação (aqui entra todos os cursos de nível superior e pós):**

- 1) Tempo em que atua no magistério?
- 2) o que entende por gestão democrática?
- 3) Na sua escola percebe a existência de uma gestão democrática?
- 4) O que pensa você sobre as políticas públicas? Você percebe que estas são fomentadas na sua Escola? De que maneira?